



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC**

**MEMÓRIA: A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO
CONSELHEIRO - MT**

Angela Cristina Alves

**Planaltina – DF
2013**

**MEMÓRIA: A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO
CONSELHEIRO - MT**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Orientadores: Profa. Dra. Rosineide Magalhães de Sousa
Prof. Dr. Jair Reck

**Planaltina – DF
2013**

ANGELA CRISTINA ALVES

**MEMÓRIA: A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO
- MT**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Aprovada em ____/____/2013

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Rosineide Magalhães de Sousa (UnB/FUP) – Orientadora

Prof^o. Dr^oJair Reck (UnB/FUP) – Orientador

Prof^a. Dr^a Laís Mourão Sá (UnB/FUP) – Examinadora

Prof^a. MsC. Ana Aparecida Moura (LiP/UnB) – Examinadora

Planaltina – DF

2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu companheiro Noel, que sempre me apoiou, me incentivou e cuidou dos filhos e das atividades em casa, enquanto eu estava nas etapas do tempo escola. A meus queridos filhos Carla Cristina e Caio André, que entenderam minha ausência e me ajudaram nos meus trabalhos e atividades do curso, a meu filho Gustavo, que sempre esteve comigo nesta caminhada de estudo e a minha querida mãe, Maria Aparecida, que mesmo reclamando que eu ficava muito tempo longe de casa sempre me ajudou, seja cuidando dos meus filhos que ficaram em casa ou me ajudando financeiramente, quando as coisas estavam ruins.

Vocês todos foram muito importantes na conquista desta graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a Deus por ter me dado força para concluir mais esta etapa de minha vida.

A minha família, esposo e filhos pelo apoio, o que me fez ficar firme na caminhada.

A minha grande família, mãe e irmãos/as, cunhados/as, sobrinhos/as que direto ou indiretamente me ajudaram a vencer mais esta etapa.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pela confiança e oportunidade de formação com base na educação do campo.

A todos/as os meus amigos/as na comunidade, no trabalho, que me ajudaram, em especial a professora Noeli que me apoiou e sempre me ajudou no que foi possível para que eu continuasse firme nos estudos.

Aos meus colegas de turma, pessoas que me ensinaram muito e que lembrarei para sempre, em especial os de Mato Grosso: Valdoison, Angélica, José Ernandes, Rosana, Sidivaldo e Luernandi, companheiros fundamentais nesta conquista, fizeram com que as viagens fossem mais divertidas. Muito obrigada por tudo.

Aos jovens Welliton, Jeferson, Willian, Crislaine e Jéssica por terem me ajudado nas entrevistas com as famílias assentadas.

As famílias que contribuíram com meu trabalho, aceitando serem entrevistadas, contribuindo no registro desta memória, tão importante, para a comunidade.

As cozinheiras do Sabor do Cerrado, com quem tive o prazer de dividir o quarto, companheiras de todas as horas, sempre com um carinho especial comigo e meu filho, obrigada meninas.

Agradeço aos professores/as que muito contribuíram neste processo de formação teórica, e aos meus orientadores Rosineide Magalhães e Jair Reck, pela paciência e contribuição para o meu trabalho final, vocês foram muito importantes nesta conquista.

Agradeço também as professoras Laís Mourão e Ana Aparecida, que dispuseram de seu tempo precioso para ler meu trabalho e fazer observações atentas ao refinamento dele.

EPÍGRAFE

A memória da conquista da terra faz parte da realidade,
sem a qual não existiria a própria comunidade.

Jair Reck

RESUMO

Este trabalho consiste em registrar e interpretar à luz do discurso a memória da formação do Assentamento Antônio Conselheiro - MT. Para sua realização, buscou-se como subsídio a pesquisa qualitativa para a coleta de dados. A base teórica é formada pelo estudo sobre a Análise de Discurso Crítica, pois essa nos permite discutir vários aspectos do ser social, referindo-se a possibilidade dos sujeitos construírem suas próprias identidades, que a consciência é um produto social e o será enquanto existirem seres humanos e que as ideologias são construídas nas várias dimensões das práticas discursivas para manter ou transformar as relações de dominação. Formada também pelo estudo sobre os gêneros discursivos, que têm uma variada quantidade abordagem discursiva e social, resultado da infinidade de relações sociais da vida humana, e da memória, que se constitui em um exercício de lembrar experiências passadas para aflorar não só lembranças, mas também informações para intervir no presente. O estudo mostrou que o processo de luta para a conquista da terra forma identidades e que o estudo desta memória possibilita que o contexto da realidade esteja presentes nos saberes da escola. Neste sentido este trabalho poderá contribuir na formação de professores e estudantes nas escolas do campo, tema também ressaltado neste trabalho.

Palavras-chave: Memória. Gênero discursivo. Luta pela terra. Educação do Campo.

ABSTRACT

This work is to record and interpret the light of discourse memory training Settlement Advisor Anthony - MT. For its realization, we looked for qualitative research as an aid to data collection. The theoretical basis is formed by the study of Critical Discourse Analysis, as this allows us to discuss various aspects of social being, referring to the possibility of subjects construct their own identities, that consciousness is a social product and as long as there will be humans and ideologies are constructed in various dimensions of discursive practices to maintain or transform the relations of domination. Formed also by the study of the genres that have a diverse amount discursive approach and social outcome of myriad social relations of human life, and memory, which constitutes an exercise of recalling past experiences to emerge not only memories, but information also to intervene in the present. The study showed that the struggle for the conquest of land and identities that shape the study of memory enables the context of reality is present in the knowledge of the school. In this sense this work can help in the training of teachers and students in schools in the field, also emphasized this theme work.

Keywords: Memory. Discourse genre. Struggle for land. Field Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	12
A PESQUISA: CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA	12
1.1. Pesquisa qualitativa	12
1.2. Contexto de pesquisa.....	14
1.3. Sujeitos da pesquisa	14
1.4. Objetivo geral	15
1.5. Objetivos específicos	15
1.6. Perguntas de pesquisas.....	15
CAPÍTULO II	17
A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO	17
2.1. Histórico sobre a luta pela terra no Brasil.....	17
2.2. Breve histórico sobre Educação do Campo	25
2.3 Licenciatura em Educação do Campo.....	26
CAPÍTULO III	28
BASE TEÓRICA: ANÁLISE DO DISCURSO, GÊNERO DISCURSIVO	28
E MEMÓRIA.....	28
3.1. Breve histórico sobre a Análise do discurso.....	28
3.2 Pressupostos da ADC	29
3.3. Gênero discursivo	31
3.4. A memória.....	34
3.5 A LUTA PELA TERRA CONTINUA NO MATO GROSSO.....	35
CAPÍTULO IV	37
REVELANDO A MEMÓRIA DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO	37
4.1 Análise de dados: memória de muitas pessoas pela terra	37
4.2. Conquista da escola: um marco na conquista do Assentamento.....	46
CONSIDERAÇÕES.....	50
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a memória da formação do Assentamento Antônio Conselheiro – MT. Escolhi este tema porque sempre quis fazer no meu TCC, um trabalho que fosse útil para minha comunidade/escola, pois sou assentada neste Assentamento, também contribuí para a consolidação do mesmo, lutei com os/as demais companheiros/as para a conquista dos direitos e das infraestruturas tão necessárias para uma vida mais digna, tenho filhos que estudam na escola do Assentamento, escola esta, conquista da luta do povo organizado e onde trabalho. Sendo assim, penso que essa história não pode ficar só na memória de quem participou desse processo, deve também ser conhecido por quem não fez parte deste importante processo de formação, que é um acampamento de luta pela terra. Este trabalho foi então, desenvolvido através de pesquisa qualitativa, que **se** caracteriza pela imersão no cenário escolhido para o estudo, onde ocorrem os fatos e se vislumbra o comportamento humano. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista com assentados do referido assentamento, que passaram por todo processo de luta e conquista daquele território, foram homens e mulheres que fizeram sua história num exemplo de força e de persistência.

Sendo assim, registro e analiso, à luz da Análise do Discurso Crítica, parte dessas memórias. Proponho, ainda, o trabalho com o gênero discursivo memória, como recurso pedagógico na educação do campo. Como a conquista do Assentamento Antônio Conselheiro está ligada à luta pela terra no Brasil, essa conquista está também ligada à luta por uma educação do campo, que esteja voltada à realidade da comunidade. Para isso, é necessária a formação do/a professor/a para essa realidade. Portanto, a relevância também de registrar o que é a Licenciatura em Educação do Campo, contexto de grande importância na minha formação e de outras pessoas do campo.

Para aprimorar a fundamentação teórica, utilizo alguns conceitos de gênero discursivo, conforme a pesquisa de Sousa (2006), a qual faz remissão à

Bakhtin que iniciou a discussão sobre essa temática. Também, trago uma síntese sobre o tema memória.

Esta monografia, além desta introdução e das considerações finais, está dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, faço a síntese sobre a metodologia, sujeitos e contexto de pesquisa. Registro também os objetivos e a pergunta que norteiam este trabalho. No capítulo II, exponho sobre a luta pela terra no Brasil, Educação do Campo e Licenciatura em Educação do Campo. O capítulo III apresenta a fundamentação teórica do trabalho de pesquisa e, por último, o quarto capítulo revela a análise dos dados.

Em minhas considerações, registro o resultado de minha pesquisa, a importância de se conhecer os diversos tipos de gêneros e do gênero memória para a formação dos diversos sujeitos do campo, fiz também algumas sugestões de como trabalhar o gênero memória na formação de estudantes e de professores/as.

Utilizo, com predominância, a primeira pessoa do singular, como pessoa do discurso, por estar envolvida diretamente no contexto de realização da pesquisa. Além disso, utilizo muitas vezes, a primeira pessoa do plural, pois como já disse, pertenço ao Assentamento Antônio Conselheiro.

CAPÍTULO I

A PESQUISA: CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA

1.1. Pesquisa qualitativa

O modelo de pesquisa qualitativa tem suas raízes na antropologia cultural e na sociologia norte-americana. Ela só foi adotada recentemente por pesquisadores educacionais. O objetivo da pesquisa qualitativa é entender determinada situação social, fato, papel, grupo ou interação. Ela é, em grande parte, um processo investigativo no qual o pesquisador gradualmente compreende o sentido de um fenômeno social ao contrastar, comparar, reproduzir, catalogar e classificar o objeto do estudo.

A pesquisa qualitativa se caracteriza pela imersão no cenário escolhido para o estudo, ela é feita onde ocorrem o comportamento humano e os fatos e baseia-se em suposições. Esta pesquisa concentra-se no processo que está ocorrendo e também no resultado, e os dados que emergem deste estudo são relatados em palavras.

O pesquisador é o instrumento primário na coleta de dados e o foco da pesquisa está nas percepções e nas experiências dos participantes e na maneira como eles entendem sua vida, presta-se atenção aos detalhes, e os dados são interpretados em relação aos detalhes de um caso, e não às suas generalizações. Significados e interpretações são negociados com fontes de dados humanas porque são as realidades dos participantes que o pesquisador tenta reconstruir.

Sendo assim, na pesquisa qualitativa o pesquisador deve procurar credibilidade baseada em coerência, percepção e integridade, através de um processo de verificação.

O método de pesquisa utilizado neste trabalho é a entrevista, que se trata de uma conversa entre entrevistador e entrevistado, com objetivo de obter informações importantes e compreender as perspectivas e experiências do entrevistado. É uma conversa feita face a face e que pode proporcionar a

obtenção de informações necessárias ao bom resultado da pesquisa. Nas entrevistas o principal interesse é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fatos ocorridos em sua vida, utilizando seus próprios termos.

Há diversos tipos de entrevistas, entre elas a estruturada, que segue um roteiro previamente estabelecido; ou semi-estruturada, quando o entrevistador tem liberdade para conduzir os assuntos para qualquer direção que considerar adequado para explorar mais amplamente a questão. E dentro deste tipo de entrevista há três modalidades, a focalizada, quando há um roteiro de tópicos relacionados ao problema a ser estudado; clínica, quando se estudam os motivos, os sentimentos e a conduta dos entrevistados; e não dirigida, onde o entrevistado pode manifestar livremente suas opiniões e sentimentos.

Existem ainda, outros tipos de entrevistas, como a História de Vida, que é uma técnica de levantamento de dados com depoimentos orais de pessoas que vivenciaram fatos, que podem ser escritos ou gravados, evidenciando valores e padrões culturais, podendo interpretar e reinterpretar os fatos ocorridos para melhor compreender as ações, os conceitos e valores adotados pelo grupo ou indivíduo; e História Oral, que se preocupa com o que é importante e significativo para a compreensão de determinada sociedade, investigando os fatos e acontecimentos registrados na memória das pessoas, segundo a concepção de Meihy (*apud* PAJEÚ, 2009) história oral é “uma metodologia de pesquisa e também uma ferramenta de trabalho que possibilita a coleta de depoimentos individuais ou coletivos estabelecendo posturas e atitudes na história coletiva”. A História Oral tem como finalidade preservar as fontes pessoais e obter dados que podem preencher lacunas em documentos escritos, podendo registrar ainda, a linguagem, os sotaques, as inflexões e até mesmo as entonações dos entrevistados.

1.2. Contexto de pesquisa

Este tema foi escolhido a partir do estágio que fiz com o grupo do 2º ano do ensino médio, pois, sempre quis fazer no meu TCC, um trabalho que fosse útil para minha comunidade/escola, então no estágio descobri que alguns alunos queriam fazer um documentário sobre o Assentamento, então pensei que eu poderia escrever sobre a memória da formação deste Assentamento, trazendo os próprios sujeitos contando sua história. Alguns alunos acharam importante e se dispuseram a ajudar neste trabalho de resgate das narrativas, o que oportunizaria também a coleta de material para o documentário, então fiz um trabalho com eles sobre o que é entrevista e estudamos um texto sobre a História, Memória e Identidade, da Regina Coelly Saraiva, levantamos então alguns critérios para a escolha da pessoa que seria entrevistada, tais como, a pessoa deveria ter participado do processo de luta e conquista da terra e procuramos entrevistar pessoas que vieram de diferentes lugares para o acampamento.

Essa pesquisa qualitativa, para o desenvolvimento do trabalho de monografia, foi feita no Assentamento Antônio Conselheiro que está localizado na Região Médio Norte de Mato Grosso entre os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres, a área de aproximadamente 38.335 hectares de terra, foram assentadas cerca de 1000 famílias que estão divididas em 36 agrovilas, variando o número de lotes de uma para outra. O parcelamento dos lotes foi projetado tipo “raio de sol”, para facilitar a implantação de infra-estrutura como, sistema de água, energia elétrica e facilitar a comunicação e cooperação entre as famílias. Devido à topografia não permitir o parcelamento total tipo raio de sol, parte foi parcelada de forma tradicional popularmente conhecida como “quadrado burro”.

1.3. Sujeitos da pesquisa

As pessoas entrevistadas são assentadas, que participaram do processo de luta e conquista da terra desde o acampamento. São três homens e três

mulheres, que tem entre trinta e sessenta e cinco anos, casados, todos têm filhos ou netos que moram com eles no assentamento e todos tem uma coisa em comum, não pretendem sair do assentamento, pois escolheram lá para viver e cuidar de sua família. Todos se orgulham muito de terem feito parte desta caminhada e como sujeitos desse processo, narram sua própria história, por isso autorizaram a citação de seus nomes neste trabalho.

1.4. Objetivo geral

Registrar e analisar, a memória da luta, conquista da terra e da escola “Ernesto Che Guevara”, no Assentamento Antônio Conselheiro, além disso, propor esse gênero discursivo como ferramenta pedagógica na educação do campo.

1.5. Objetivos específicos

Fazer o registro das memórias do Assentamento, para possíveis consultas e estudos, juntamente com os assentados.

Analisar tópicos das memórias à luz da Análise do Discurso Crítica, que revelam a ideologia pela luta e conquista da Terra.

Sugerir as memórias registradas como conteúdo na formação de educandos/as e educadores/as.

1.6. Perguntas de pesquisas

O que é revelado na “memória” dos sujeitos do Assentamento Antônio Conselheiro - MT?

Como a memória da formação do Assentamento Antônio Conselheiro pode ser utilizada como material pedagógico na formação de estudantes e professores na Escola Estadual “Ernesto Che Guevara” e na Educação do Campo?

Nos próximos capítulos, discorro sobre a luta pela terra no Brasil, Educação do Campo e Licenciatura em Educação do Campo.

CAPÍTULO II

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo, discorro sobre os temas relevantes para este trabalho como estão pontuados no título, sendo que os estudos sobre a luta pela terra no Brasil foram com base na obra de MitsueMorissawa, A História da Luta pela Terra e o MST, e os estudos sobre a Educação do Campo, com base nas obras de Roseli Salete Caldart, Caminhos para a transformação da Escola e Dicionário da Educação do Campo.

2.1. Histórico sobre a luta pela terra no Brasil

Pode-se dizer que a luta pela terra no Brasil nasceu no instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontrava tudo muito disponível, um lugar onde seus habitantes, diante de armas e intenções nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra este caso de invasão.

De lá para cá, a concentração e uso da terra sempre esteve nas mãos de quem detinha o poder, sempre mantido à custa da escravização, exploração e extermínio de povos inteiros que lutavam contra o jugo opressor. Mas, o povo sempre resistiu a ser dominado, por isso existiam revoltas e cada vez mais a luta por direitos e pela terra se acirrava, até que a partir de 1888, começam a surgir os primeiros grupos mais organizados de luta pela terra.

Entre esses, podem-se citar um dos mais importantes que foi o de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, um líder messiânico que peregrinou pelo sertão tendo atrás de si, trabalhadores rurais e ex-escravos que procuravam uma vida melhor, até que se estabeleceram no Arraial de

Canudos, no sertão da Bahia, lugar este que foi rebatizado recebendo o nome de Belo Monte. Ali criaram uma comunidade onde todos tinham direito à terra e desenvolviam a agricultura familiar, num trabalho cooperado que foi essencial para a preservação da comunidade. Em cinco anos, Canudos chegou a ter cerca de dez mil habitantes, que na época era a população das maiores cidades da Bahia. Canudos aparece como efetiva proposta de resistência e de superação da política coronelista e em oposição ao latifúndio, pois ela constituía em integrar ao processo produtivo, numa experiência comunitária, as pessoas que estavam fora do processo produtivo e, por conseguinte, sem o direito a terra. Antônio Conselheiro e sua comunidade incomodaram e foram atacados por expedições militares vindas de quase todas as partes do Brasil, mas Canudos não se rendeu. Um fato que demonstra a determinação de um povo condenado a morrer de fome é a certeza de que a terra lhe é a única possibilidade real de se tornar cidadão em uma sociedade excludente, como fora o Brasil Imperial do Século XIX e como é até hoje. Mesmo com todo o aparato militar contra os trabalhadores que se opunham ao coronelismo, Canudos resistiu até ao último homem. Euclides da Cunha assim descreve o massacre do povo de Canudos:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda historia, resistiu até o esgotamento completo [...] Caiu no dia 5 de outubro de 1897, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Nessa perspectiva histórica, a luta pela terra foi fertilizada com o sangue dos mártires em favor da Reforma Agrária e em favor da cidadania. A partir daí, as lutas camponesas radicais, espontâneas e localizadas aconteceram em quase todo o território brasileiro. Até que entre 1950 e 1964, surgem as lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional.

Dentre as organizações camponesas que lutaram pela reforma agrária, três se destacaram: A Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) que tinha por finalidade coordenar as associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais; as Ligas Camponesas que tiveram seu início com a Liga

Camponesa da Galiléia, em Vitória de Santo Antão, no Pernambuco, e em poucos anos se espalhou, sendo formadas novas ligas em mais de trinta municípios de Pernambuco e outros estados do nordeste, e de outras regiões do país. Os camponeses resistiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras, onde eram comuns os conflitos com os fazendeiros, nos quais vários trabalhadores morriam resistindo a sua expulsão da terra. Foram realizados vários congressos e encontros, reunindo os representantes das diversas ligas. A consciência camponesa, a essa altura, já estava formada no sentido da luta em torno de uma reforma agrária radical, eles tinham por lema “Reforma agrária na lei ou na marra”; e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) que nasceu no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul e se espalhou por todo estado gaúcho. O movimento tinha uma forma especial de organizar suas ações que era os acampamentos, pois diferentes dos outros movimentos, que lutavam para não ser expulso da terra, o Master lutava para entrar na terra.

Com o golpe militar todas as organizações de trabalhadores rurais foram fechadas, os movimentos de luta pela terra sofreram violenta repressão, as principais lideranças camponesas foram presas e exiladas, quando não assassinadas, assim como também os camponeses pertencentes a sindicatos, às Ligas, ao Master e a qualquer outro movimento organizado, foram duramente perseguidos e/ou mortos. Ironicamente, também foi no governo militar que se decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, o chamado Estatuto da Terra, uma lei que tinha um caráter progressista, pois, foi elaborado por técnicos competentes, de mentalidade avançada, que desejava fazer um projeto decente, que realmente favorecesse os interesses dos trabalhadores rurais.

Dentre os novos conceitos, designando os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil, estava uma inovação, que era a definição da função social da terra, que dizia que, o proprietário que utiliza a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional e adequada, e cumpre a legislação trabalhista, está dando à terra a sua função social.

Mas, o Estatuto da Terra jamais foi implantado. Ficou sendo um “faz de conta” para resolver momentaneamente os problemas no campo, um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os

conflitos por terra. O Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, para poder viabilizar sua política econômica, por esta política, o acesso a terra ficou fechado aos camponeses e totalmente aberto às empresas capitalistas. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização.

Foram realizadas, de 1965 até 1981, oito desapropriações, em média por ano, enquanto que ocorreram, pelo menos, 70 conflitos por terra anualmente. A política agrícola e agrária dos militares promoveu a modernização tecnológica das grandes propriedades e significou de fato a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais, enquanto que o desprezo aos direitos trabalhistas só fez aumentar, a ponto de provocar o ressurgimento do trabalho escravo, assim como também, a violência para bloquear as formas de organização e representação, ganharam força, conseguindo paralisar as lutas.

Os projetos de colonização foi a saída individual que os trabalhadores sem terra tiveram que buscar, já que não tinham uma organização junto a qual pudessem lutar. Na colonização da região amazônica, havia a propaganda oficial de que havia terras em abundância às margens das grandes rodovias a espera de serem colonizadas, e muitos camponeses que pediam terra, de várias regiões do país, foram enviados para lá.

O governo queria resolver o problema dos conflitos entre sem-terras e latifundiários e ao mesmo tempo fazer a ocupação dos espaços, considerados por eles, vazios, já que a política de ocupação da Amazônia ignorava a existência de populações indígenas e caboclas e até mesmo urbanas, na região. Os grandes projetos do governo como rodovias, usinas hidrelétricas, exploração de minérios, etc. geraram uma imensa apropriação e expropriação de terras. Muitas tribos indígenas e vários posseiros perderam terras e vidas nesse processo.

Esses projetos de colonização dirigidos não deram certo por muitos motivos, entre eles, a falta de assistência técnica, médica, escolar, financeira e também a dificuldade de escoar a produção. Muitos trabalhadores ficaram sem lote e passaram a constituir mão de obra barata e disponível para grandes proprietários e empresas agropecuárias e minerais.

Em 1974, o governo terceirizou o processo de colonização para as grandes empresas, em sua maioria estrangeiras, oferecendo a elas muitas

facilidades como, isenção de pagar impostos, recebiam empréstimos em longo prazo e a juros mais baixos e contavam com incentivos fiscais. Então, imensas extensões de terras foram distribuídas a grandes grupos, algumas dessas propriedades são maiores que alguns estados brasileiros ou muitos países.

A partir daí foi a destruição descontrolada do meio ambiente. Foram rápidos e intensos desmatamentos, utilizando inclusive desfolhantes químicos. Nesse processo diversas tribos indígenas perderam suas terras ou tiveram suas áreas diminuídas, além disso, muitos foram contagiados por doenças dos conquistadores, transformados em mão de obra barata pelos fazendeiros, ou ainda assassinados por garimpeiros, grileiros, etc.

Vários segmentos do campo também foram muito prejudicados tais como, os pequenos e médios proprietários, os garimpeiros, os posseiros, grileiros, castanheiros e seringueiros que tem na floresta a fonte de sua subsistência.

Com tudo isso, as lutas pela terra continuaram acontecendo, o governo então criou diversos órgãos com objetivo de conter os conflitos. Conflitos estes, geralmente resolvidos a bala, onde os tais fazendeiros formavam verdadeiros exércitos particulares e atacavam os trabalhadores, sem qualquer interferência dos órgãos competentes do governo. Neste contexto de conflitos, surgiu a CPT (Comissão Pastoral da Terra) da igreja Católica, única instituição, que na ditadura militar, foi capaz de fazer frente ao regime, tanto nas cidades, como no campo.

A Igreja Católica, desde 1960 já havia criado as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que eram importantes espaços para os trabalhadores rurais e urbanos se organizarem e lutarem contra as instituições e por seus direitos. Logo em 1975, surge a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que juntamente com as paróquias das periferias e comunidades rurais, passou a dar assistências aos camponeses durante o regime militar. No princípio, ela esteve voltada para os conflitos pela terra no Norte e no Centro Oeste, mas com a eclosão dos conflitos pela terra em todo o país ela se tornou uma instituição de alcance nacional.

A CPT foi um importante instrumento de desmascaramento dos políticos e projetos militares e permanece sendo espaço de organização e projeção das lutas pela conquista da terra, inclusive foi, sua atuação nas lutas do Sul do

país, que deram origem ao MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra), um movimento de luta pela terra que pode ser considerado uma continuação da história das Ligas Camponesas, porque tal qual as Ligas, o MST se constituiu um movimento independente, nascidos do próprio interior das lutas que se travam pela terra, mas principalmente porque defendem uma reforma agrária para acabar com o monopólio da terra e dos meios de produção pela classe dominante.

A gestação do MST se deu ainda na ditadura militar, em 1979, quando aconteceu a ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Muitas outras lutas, nesse estado e em todo país, foram gerando lideranças e criando consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo maior, que era a reforma agrária.

Um dos resultados mais importantes da conquista, talvez mais que a terra, nesse momento de início de organização dos sem terra, foi que começaram a discutir, realizar assembleias em cada acampamento, analisando quais seriam as saídas, o que possibilitou se juntarem aos acampados militantes da CPT, passando a buscar soluções coletivas, esse processo de discussões e conscientização foi a semente de um novo movimento social.

O acampamento da Encruzilhada Natalino foi estratégico para o movimento que começou a se organizar em grupos, setores e comissões e de eleger uma coordenação, nessa luta nasceu também o Boletim Sem Terra, o primeiro órgão de comunicação do movimento, com o objetivo de informar e conseguir o apoio e a solidariedade da sociedade para com os agricultores sem terra.

Sindicatos de várias categorias de trabalhadores, diversas paróquias, prefeitos, agricultores vizinhos e estudantes passaram a apoiá-los.

Em julho de 1981, D. Pedro Casaldáliga da prelazia de São Felix do Araguaia no Mato Grosso, um bispo atento aos problemas sociais e comprometido com o Evangelho e com os trabalhadores, a ponto de tornar um dos bispos mais perseguidos e caluniados pelos poderosos, sofrendo todo tipo de ameaças e tentativas de assassinatos, também foi levar sua solidariedade aos acampados, realizando uma missa para eles, onde reuniu mil pessoas. A fé e o compromisso de D. Pedro Casaldáliga podem ser comprovados em suas belas poesias, uma em especial fala da concentração da terra:

Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
Que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhada por umas poucas mãos
Para apanharem cercas e bois
E fazer a terra escrava
E escravos os humanos!

Pedro Casaldáliga

A partir da Encruzilhada Natalino, o movimento foi se organizando e organizando os trabalhadores cada vez mais. Ele era e é um movimento de massas, de caráter sindical, popular e político, que luta por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade. Mas as forças contrárias ao projeto popular que defendem os trabalhadores atacam com força total e a resposta do latifúndio é violenta, muitos são os massacres, entre eles o de Corumbiara, onde trabalhadores foram assassinados por policiais que ao executar uma ordem de despejo, às 4 horas da manhã, invadiram o acampamento, com bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, disparando para todos os lados, os acampados foram executados com tiros pelas costas e de curta distância.

A ação resultou na morte de 2 policiais e 9 sem terra, entre eles uma menina de 7 anos, que fugia de mãos dadas com a mãe; e Eldorados do Carajás, um massacre que aconteceu perto da cidade de Eldorado dos Carajás no Pará, onde sem terras estavam acampados próximo a estrada. Eles pretendiam chegar a Belém, cobrar as promessas de assentar os acampados e enviar-lhes alimento. Mas no dia 17 de abril, 155 policiais dos batalhões de Paraupabas e Marabá, adentraram o acampamento jogando bombas de gás lacrimogênio, os trabalhadores responderam com paus e pedras. Os policiais dispararam metralhadoras e já com os acampados em debandada começaram as execuções.

A ação deixou 19 mortos, 69 feridos e pelo menos sete desaparecidos, numa operação que nos deixa indignados e nos revolta até hoje. Em sua maioria os culpados pelos massacres e assassinatos que ceifaram a vida de

muitos trabalhadores/as nunca foram julgados e se foram, não cumprem sua pena como deveriam. Como forma de reconhecer o valor dos trabalhadores/as que morreram na luta, 17 de abril tornou-se o Dia Internacional da luta camponesa em todo o mundo.

O MST foi crescendo expandindo-se pelo Brasil e tornando-se um dos mais importantes movimentos sociais. E nesse processo de expansão, foi surgindo diversas comissões, equipes, núcleos, setores e outras formas de atividades que foram bases de reflexão, discussão e encaminhamentos das questões ligadas a luta pela terra em todas as suas dimensões.

Não havia fórmula pronta de como se deveria proceder nas diversas circunstâncias, aprendeu-se fazer no fazendo, e aos poucos e devido às próprias necessidades, as diversas frentes foram sendo criadas nas diferentes formas de luta tais como: a ocupação, que é sua forma de luta mais importante, pois é a partir de sua efetivação que as demais formas de luta são utilizadas, acampamento provisório, que tem o objetivo de chamar a atenção das autoridades e da sociedade, estudar e decidir os encaminhamentos e apresentar as reivindicações; marchas pelas rodovias, que tem por objetivo chamar a atenção da população para os problemas do sem terra, uma importante foi a marcha nacional por emprego, justiça e reforma agrária, que aconteceu em 1997; ocupação de prédios públicos, onde o prédio ocupado é sempre onde está sediado o órgão envolvido na reivindicação; e assim várias outras formas de lutas.

De acordo com Mançano (*apud*, MORISSAWA, 2001):

processo e mudanças são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais. Essas são fortes características do MST, de modo que, quando estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque a forma surgiu da práxis e não de um projeto previamente elaborado.

O estudo e a reflexão são práticas permanentes no interior do movimento. Ele luta por reforma agrária e isso ultrapassa a simples reivindicação de terra para os grupos que o compõem, implica a distribuição da terra a todos que desejam trabalhar nela e viver dela, daí seu caráter revolucionário, pois deve levar a transformação da estrutura fundiária e da sociedade, como um todo. Por isso, uma das pautas de lutas do movimento

sempre foi o acesso dos/as trabalhadores/as á educação, e a uma educação feita por eles, daí todo debate e conquista da Educação do Campo, que veremos a seguir no tópico seguinte.

2.2. Breve histórico sobre Educação do Campo

A Educação do Campo, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, é um fenômeno da realidade brasileira atual. Seus objetivos e seus sujeitos remetem às questões do conhecimento, do trabalho, da cultura e das lutas sociais dos camponeses que vão para o enfrentamento entre projetos de campo e modelos de agricultura que implicam no projeto de país, de sociedade e nas concepções de política pública de educação e de formação humana.

Era antes chamada Educação Básica do Campo, no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.

O argumento para mudar o termo Educação Básica do Campo para Educação do Campo foi e é que, embora se haja uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino, sendo assim, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. Afirma-se ainda que o direito à educação pública compreende da educação infantil à universidade.

A Educação do Campo constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores/as do campo à educação, mas não a qualquer educação, uma educação feita por eles mesmos. Ela combina luta pela educação com luta pela

terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Sendo assim, a proposição geral é uma política de formação específica para educadores do campo, compreendendo a Educação Básica em todos os seus campos. Daí, a luta e a conquista de cursos de Licenciatura em Pedagogia, a chamada Pedagogia da Terra; Licenciatura em Educação do Campo, que tem a formação por área de conhecimento; e outras licenciaturas com desenho específico a partir das demandas de implantação das escolas de educação básica de nível médio e de educação superior, e ainda a formação continuada, que é um princípio da Educação do Campo, para o conjunto de educadores em vista de atender necessidades específicas de formação e desenhadas de acordo com o tipo de escola, o perfil de educador discutido e particularidades da realidade local.

2.3 Licenciatura em Educação do Campo

Originado das discussões da II Conferência de Educação do Campo, ocorrido em 2004 em Luziânia/GO, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo tem o objetivo de formar educadores para atuação na Educação Básica das escolas do Campo. Pretende-se também que este curso seja impulsionador de um debate mais amplo sobre o que é e que educação básica, que organização escolar e pedagógica é preciso para esta diversidade e que profissionais são necessários para esta realidade. A ideia não é o curso pelo curso, como iniciativa pontual de uma instituição ou outra, mas como parte deste movimento que busca construir um sistema público de Educação do Campo.

Sendo assim, foi pensada uma Licenciatura que se constitua desde a especificidade da Educação do Campo (que inclui uma estreita relação entre educação e processos de desenvolvimento comunitário) e faça a formação de educadores que atuam ou pretendem atuar nas escolas do campo, por isso, o perfil profissional projetado para o curso inclui três conjuntos de aprendizados básicos de formação para os educadores do campo: (1) Docência

multidisciplinar em uma das áreas do conhecimento propostas pelo curso: Linguagens, Artes e Literatura; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Agrárias. (2) Gestão de processos educativos escolares, entendida como formação para a construção do projeto político-pedagógico e a organização do trabalho escolar e pedagógico das escolas do campo. (3) Atuação pedagógica nas comunidades rurais, o que significa uma preparação específica para o trabalho pedagógico com as famílias ou grupos sociais de origem dos estudantes e para implementação (técnica e organizativa) de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável.

Os movimentos sociais do campo lutaram por uma licenciatura com a constituição originária da Educação do Campo, porque tem clareza de que a formação de educadores e sua correspondente ciência pedagógica devam ser diferentes para quem atua no campo, no sentido de outras bases, outra estrutura, outra concepção, que se justifiquem somente pela especificidade. Assim a LEdoC foi vista como uma possibilidade objetiva de provocar o debate sobre a necessidade de transformações na escola, em vista de outros objetivos formativos e desde seu acúmulo de discussão pedagógica e as matrizes de tradição emancipatória que carregam e têm tentado levar aos educadores do campo, desde suas próprias atividades de formação.

Sendo assim, a partir do meu processo de formação na LEdoC, tenho mais condições de contribuir neste debate, de uma educação que seja voltada mais para a realidade dos sujeitos e valorize todas as experiências e o processo de luta que originou a formação daquela comunidade/escola. Procurei desenvolver meu trabalho de pesquisa, em algo que fosse importante para a comunidade/escola em que estou inserida e conseqüentemente, seguisse a lógica do curso, que é potencializar a relação entre educação e processos de desenvolvimento da comunidade.

CAPÍTULO III

BASE TEÓRICA: ANÁLISE DO DISCURSO, GÊNERO DISCURSIVO E MEMÓRIA

3.1. Breve histórico sobre a Análise do discurso

Análise do discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas. Ela é uma prática e um campo da linguística e da comunicação especializada em analisar construções ideológicas presentes em um texto. Para ela, o discurso é a uma ação do sujeito sobre o mundo, por isso sua aparição deve ser contextualizada como um acontecimento, pois funda uma interpretação. Quando pronunciamos um discurso agimos sobre o mundo, marcamos uma posição, ora selecionando sentidos, ora excluindo-os no processo interlocutório.

Segundo Orlandi (2012), “a Análise de Discurso, concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”. Fairclough (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2009) diz “ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexa de institucionais”.

Como discurso é a prática social de produção de textos, ele é uma construção social, não individual, e só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção, pois o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor/es e à sociedade em que vive(m). E é no discurso, precisamente, que se concentram, se unem e se confundem, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito.

3.2 Pressupostos da ADC

A ADC (Análise de Discurso Crítica) traz, em seu enfoque, discurso como parte de práticas sociais, o que implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistema de conhecimento e crença. Segundo Fairclough (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006) é nisto que consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas também constitui a estrutura social. Ele define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos.

Fairclough (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006) propõe em Discurso e Mudança Social, um modelo tridimensional de Análise de Discurso, que compreende a análise da prática discursiva, do texto e da prática social. Este modelo de análise do texto é dividido em categorias: vocabulário, que trata das palavras individuais- neologismos, lexicalizações, relexicalizações de domínios da experiência, superexpressão e relações entre palavras e sentido; a gramática, que trata das palavras combinadas em frases; a coesão, que trata das ligações entre as frases, através de mecanismos de referência, palavras do mesmo campo semântico, sinônimos próximos e conjunções; e a estrutura textual, que se refere às propriedades organizacionais do texto em larga escala, às maneiras e à ordem em que elementos são combinados.

Na análise das práticas discursivas, participam as atividades de produção, distribuição e consumo de texto, analisando ainda, as categorias força, coerência e intertextualidade. A força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de fala desempenhados; a coerência diz respeito às conexões e interferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos; a análise intertextual refere-se às relações entre ordens de discurso, ou seja, a intertextualidade é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas. Fairclough (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006) diz que é “a presença de elementos atualizados de outro texto em um texto – as citações”.

A análise da prática social está relacionada aos aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva analisada. Na categoria ideologia se observa os aspectos do texto que podem ser investidos ideologicamente, como o sentido das palavras, as pressuposições, as metáforas, o estilo; em hegemonia se observa as orientações da prática social, que podem ser orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

No que diz respeito às ideologias, Fairclough (apud. RESENDE e RAMALHO, 2006) define como significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Sobre a hegemonia, ele retoma o conceito de Gramsci, caracterizando-a como domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força.

Sobre a identidade Castells (apud. RESENDE e RAMALHO, 2006) aponta que toda e qualquer identidade é construída e a principal questão acerca dessa construção é como, a partir de que, por quem e para quê isso acontece, e que a construção da identidade sempre se dá em contextos de poder, por isso propôs três formas de construção da identidade: a identidade legitimadora, que é introduzida por instituições dominadoras para legitimar sua dominação, a identidade de resistência, que é construída por atores em situação desprivilegiada na estrutura de dominação, e a identidade de projeto, que é construída quando atores sociais buscam redefinir sua posição na sociedade e constitui recurso para mudança social.

Ainda no que se refere as construções identitárias, Fairclough e Hall (apud. RESENDE e RAMALHO, 2006) trazem que a estabilização é sempre relativa, sempre há focos de luta sobre pontos de estabilidade, o que coloca em xeque os processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, pois as pessoas são agentes sociais criativos, capazes de criar e mudar coisas, ou seja, são capazes de agir coletivamente e de atuar na mudança social, a partir do momento em que muda a si mesmo.

A ADC traz ainda reflexões sobre a modernidade tardia, que segundo Giddens (apud. RESENDE e RAMALHO, 2006) é a presente fase das instituições modernas, marcada pela radicalização dos traços básicos da

modernidade: separação de tempo e espaço, que é a condição para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos de espaço-tempo, incluindo sistemas globais; mecanismos de desencaixe, que é o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço; e a reflexividade, que se refere à revisão intensa por parte dos atores sociais, da maioria dos aspectos da atividade social, à luz de novos conhecimentos gerados pelos sistemas específicos.

Chouliaraki e Fairclough (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006) sugerem ser a reflexividade inerente à ação humana, externalizada na modernidade, que as informações que os atores sociais se valem para a reflexividade vêm de fora. Uma boa parte dessas informações é veiculada na mídia e são desencaixadas de seus contextos originais e recontextualizadas em diversos outros contextos, para aí ser decodificadas por uma pluralidade de atores sociais que tem acesso a esses bens simbólicos. Thompson (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006) diz que “ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que tem de si mesmos e dos outros, as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão”.

3.3. Gênero discursivo

Segundo alguns estudiosos, entender a noção de gênero é o mesmo que entender a própria noção de língua. Para Bakhtin (*apud* SOUSA, 2006), a incalculável diversidade linguística se estratifica em diferentes formas, mais ou menos estáveis, as quais podem chamar de gêneros. Nós nos comunicamos, falamos e escrevemos em gêneros, ou seja, não aprendemos a língua, mas alguns gêneros da língua. Uma criança antes de ser alfabetizada, já é letrada, pois faz uso da linguagem para se comunicar e a conhece em sua estruturação, mesmo sem a noção teórica dos gêneros discursivos, quando passamos a fazer uso da língua, da fala, passamos a fazer uso da estrutura da linguagem, ou seja, dos diversificados gêneros linguísticos. Sobre a constituição dos gêneros Bakhtin afirma que “todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um

modo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso oral e escrito. Na prática usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica [...]” (SOUSA, 2006)

O gênero textual se define por determinar características de estruturação textual, forma, linguagem, tamanho e conteúdo e também ou principalmente pela sua função ou fim específico.

Como os gêneros textuais são respaldados nas práticas sociais, na dinâmica da vida social e cultural, eles sofrem variações em suas unidades temáticas, forma composicional e estilo, o que pode ocasionar a proliferação de gêneros novos dentro de novas tecnologias, particularmente na mídia eletrônica, como a internet.

Devido à variada quantidade de gêneros do discurso existente, resultado da infinidade de relações sociais que se apresenta na vida humana, Bakhtin optou por dividir os gêneros em dois tipos: gênero primário, que são aqueles que emanam das situações de comunicação verbal, não elaboradas, onde temos um uso mais imediato da linguagem que transcorrem nos enunciados da vida cotidiana: na linguagem oral, conversação, diálogos com a família, reuniões de amigos, etc.; e gênero secundário, onde existe um meio que o determina assim, esse meio é normalmente a escrita. Esse gênero funciona como instrumento, uma forma de uso mais elaborado da linguagem para construir uma ação verbal em situações de comunicação mais complexas e relativamente mais evoluídas: artística, cultural, política. Esses gêneros mais complexos e elaborados absorvem e modificam os gêneros primários.

Existem ainda, alguns conceitos diferentes entre si, dentro do conceito de língua e comunicação, tais como: tipo textual, que se caracteriza como sequência linguística, definida pela sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo) como a narração, a argumentação, a exposição, a descrição, a injunção (MARCUSCHI, 2008); gênero textual, que são os gêneros que encontramos em nossa vida diária, em situações comunicativas e que, na visão de Marcuschi, apresentam padrões sociocomunicativos característicos, definidos por composição funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas, alguns exemplos: carta, bilhete, reportagem, bula, etc.; e domínio discursivo, que na visão bakhtiniana,

constitui uma esfera da atividade humana, pois indica instâncias discursivas, tais como: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso, etc.

A escolha do gênero nunca se dá livremente, pois dentre os mais diversificados gêneros textuais e tipologias de textos que circulam na nossa sociedade, optamos por usar aquele que facilitará o entendimento à ação no contexto social a qual estamos expostos. Segundo Bronckart (*apud* MARQUES, 2003), os conhecimentos construídos sobre os gêneros estão sempre correlacionados às representações que temos sobre as situações sociais diversas em que atuamos. E é com base nesses conhecimentos que o produtor “adota” um gênero particular que lhe parece ser o mais adequado à determinada situação.

Todos os textos que utilizamos sempre se manifestam num ou noutro gênero textual, por isso um maior conhecimento de sua funcionalidade torna-se importante tanto na produção como na compreensão de um texto, o que facilitaria para que não houvesse erros ou uso inadequado de um texto. Para Douglas Biber (*apud* MARQUES, 2003) os gêneros são influenciados por critérios externos, ou seja, sócio-comunicativos e discursivos, sendo geralmente determinados com base nos objetivos dos falantes e na natureza do tópico tratado.

Os gêneros do discurso são constituídos pela utilização da língua nas mais variadas atividades humanas, as pessoas mantêm, reproduzem, constituem e reconstituem seus papéis sociais e particulares através desses gêneros.

O gênero textual "Memória" registra os acontecimentos da vida do autor, o que ocorreu durante o seu período de vida, na vida pessoal, social, na história política do país e do mundo, e é sempre escrita em 1ª pessoa, tais como Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antônio de Almeida, etc.

3.4. A memória

Etimologicamente “recordar” vem de re + cordis(coração), significando, literalmente, trazer de novo ao coração algo que, devido à ação do tempo, tenha ficado esquecido em algum lugar da memória (LIMA, 2009).

Um texto de memória objetiva resgatar um passado, a partir das lembranças de pessoas que, de fato, viveram este passado. Ele representa o resultado de um encontro, no qual as experiências de uma geração anterior são evocadas e repassadas para outra, dando assim continuidade ao fio da história, que é de ambas, porque a história de cada indivíduo traz em si a memória do grupo social a qual pertence.

O gênero memória se constitui em um exercício de relembrar nossas experiências passadas para fazer aflorar não só recordações/lembranças, mas também informações que confirmam novos sentidos ao nosso presente.

Entender que a história de alguém mais velho é nossa própria história, desperta um sentimento de pertencer a determinado lugar e a certa época, e ajuda a aumentar a percepção de um passado que foi realmente vivido e não está morto nem enterrado. Segundo Ecléia Bosi (*apud* MARQUES, 2003), através da memória, não só o passado emerge, misturando-se com as percepções sobre o presente, como também desloca esse conjunto de impressões construídas pela interação do presente com o passado que passam a ocupar todo espaço da consciência, ou seja, não existe presente sem passado, nossas visões e comportamentos estão marcados, pela memória, por eventos e situações vividas. Saraiva (2010) diz que:

ao buscar o passado, são trazidas memórias de um tempo que revela quem somos e revela nossas experiências. A memória, em sua relação com a história nos salva do esquecimento e da perda [...] neste sentido a história oral foi fundamental. Como metodologia que busca (re)construir o passado, tornou possível que o campo de interpretação da história incorporasse memórias dos vários sujeitos, transformando-os em sujeitos históricos.

Tradicionalmente, a História sempre foi encarada como um relato dos feitos dos grandes, a história da elite. Montenegro (*apud* PAJEÚ, 2009) diz que “ela opera sempre com o que está dito, com o que é colocado para e pela

sociedade em algum momento, em algum lugar”, porém, os sujeitos da sua construção, os atores históricos, são excluídos nesse e deste processo.

Documentar a história deste povo, a partir de uma memória social considerando memória social na visão de Davallon (*apud* PAJEÚ, 2009) como “o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”, é importante, porque é a história oral, que coloca os indivíduos como sujeitos e contadores de sua história. E somente após esses relatos é que as histórias passam a ser registradas na linguagem verbal escrita, pois é a única forma de eternizar tais relatos, evitando que elas deixem de existir com o passar do tempo histórico e cronológico.

3.5 A LUTA PELA TERRA CONTINUA NO MATO GROSSO

A organização do acampamento que deu origem ao atual Assentamento Antonio Conselheiro não parte da vontade de um indivíduo, mas de toda uma conjuntura social de pessoas excluídas do acesso a terra no estado. Também não é uma ação isolada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas sim, faz parte da história de luta pela terra no Brasil, sendo mais uma das configurações atuais e de decisões políticas dessa organização, de se tornar forte expandindo-se organizadamente pelos quatro cantos do Brasil.

O MST iniciou suas primeiras articulações no Estado de Mato Grosso no ano de 1995, sendo a primeira área ocupada, a fazenda aliança no município de Pedra Preta. No entanto, para que se chegasse ao atual Assentamento, a trajetória foi dura, e muito longa passando por etapas tais como: as primeiras reuniões; a primeira ocupação da Fazenda Aliança em Pedra Preta – MT; o despejo; os novos acampamentos; a caminhada de Rondonópolis até a Capital Cuiabá (230 km); o acampamento diante do Palácio do Governo Estadual; do Incra; as mesas de negociações; as escolhas das áreas a serem destinadas aos assentamentos até a efetivação dos mesmos nos municípios de Rondonópolis, Pedra Preta e Campo Verde. Durante o processo de luta na região sul do MT, o MST organiza novo acampamento no município de Cáceres, o acampamento Margarida Alves, que vem abrir o processo de lutas pela terra na região sudoeste do estado e massificar as já existentes no MT.

Continuando a expansão, em março de 1996, o Movimento inicia suas atividades na Região Médio Norte do estado, especificamente nos municípios de Tangará da Serra, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Diamantino e Campo Novo dos Parecis. No dia 09 de outubro surge o acampamento com mais de 1050 famílias acampadas e após todos os processos de lutas surge o Assentamento Antônio Conselheiro no ano de 1999, atualmente tem aproximadamente 999 famílias assentadas e mais de 3.500 pessoas morando no Assentamento.

CAPÍTULO IV

REVELANDO A MEMÓRIA DO ASSENTAMENTO ANTÔNIOCONSELHEIRO

4.1 Análise de dados: memória de muitas pessoas pela terra

Quem somos? Sem terra

Atualmente, os homens e mulheres que se juntam aos movimentos de luta pela terra, em específico o MST, são pessoas que tiveram seus direitos individuais e coletivos violados por diversas vezes. E apesar de a terra ser a motivação primeira: todos querem um pedaço de terra para deixar a condição de empregados, mais do que o direito à terra, os homens e as mulheres que defendem a bandeira da reforma agrária esperam passar o resto de seus dias dignamente, aqui então podemos trazer o conceito de Lash (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006) quando diz que a reflexividade refere-se a possibilidade dos sujeitos construírem ativamente suas auto identidades, em construções reflexivas de sua atividade na vida social. Apesar das pessoas entrarem na luta pela terra, não porque se identificam com os sem terra, mas porque vêem ali uma possibilidade de mudarem sua condição de empregado. Castells (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006) aponta que toda e qualquer identidade é construída e que a principal questão a cerca da construção da identidade é como, a partir de que, por quem e para quê isso acontece. Por isso, a luta pela reforma agrária é a bandeira que melhor representa a esperança de vida para essas pessoas que estão fora do processo de produção, pois ela combina conquista da terra, a partir de um processo de luta feito por eles mesmos, com a transformação do sujeito e conseqüentemente, a mudança da sociedade.

Um acampamento se inicia com a formação dos grupos de famílias que inclui a realização dos trabalhos de base e conscientização. As autoras Resende e Ramalho trazem que o Marxismo localiza a ideologia no signo, e não na consciência como trazem a filosofia idealista e a psicologia, para ele a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens,

assim como existe primeiro para mim mesmo, e exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, “a consciência é, portanto um produto social e o será enquanto existirem homens” (Marx e Engels, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2006). Sendo assim, quando o MST chegou à região do médio norte do Mato Grosso, centrado-se nos municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres, os militantes do movimento fizeram, por sete meses, um trabalho de base, visando falar sobre a reforma agrária e convidar as famílias para se organizarem e juntos conseguir um pedaço de terra. A família de dona Maria e seu Orlando foi uma das convidadas:

Nessa época nós morava na Nova Olímpia né, aí passou um rapaiz, mi lembrubem que foi o Cido e mais otro, eu não lembro o nome do otro né, e chegô, convidô a gente pra ir numa reunião de base, eu num sabia nem que que era isso né, mais eu falei que ia, aí ele falou o horário que ia ser, eu digo hó, meu maridu num tá aqui, mas quando ele chegá eu falo com ele e nós vamu lá nessa reunião, então quando o Orlando chegô eu conversei com ele, de quê que é? eu digo é da reforma agrária né Orlando, há eu num vô mexê com isso não, há não, vamô participá, só assisti a reunião, as veis a gente gosta, aí nós fomu, chegô lá eu gostei muito da palestra, do que eles conversaram [...] (dona Maria).

Dona Angela também foi pra reunião, pois tinha o sonho de ter um pedaço de terra:

“A gente morava na Salobinha, região de Porto Estrela, aí em 96 saiu o pessoal da CUT, pra falá sobre a questão da terra e aí tinha uma pessoa da Barra, mais o Moage, que o nome dele era Moacir mais chamava ele de Moage, que veio da região de Cáceres e aí saiu até, foi junto com o padre que na época era o padre Nelsom, até a Salobinha onde a gente morava e lá feiz uma reunião e falou sobre a luta da terra, que ia surgi esse acampamento, e aí nisso, nós ficamo impolgado porque a gente não tinha terra e o sonho de nós era ter terra, e aí ele feiztreis reunião, na terceira reunião já foi convidado pra vim pru uma grandí concentração de terra, que era um grandí acampamento e aí nisso em outubro de 96 foi aonde fechô, na época eu era professora na região, em outubro eu não pode vim, o meu esposo veio pro acampamento que foi lá na região de Nova Olímpia [...] e aí foi aonde que, o sonho de ter uma terra, a gente pegô e veio pro acampamento [...] (dona Angela).

A formação de um acampamento requer organização e bases muito bem definidas. O critério fundamental é a escolha do local, mas nem sempre o local escolhido é o ocupado pelos sem terra, esse acampamento é um exemplo, os

problemas já começaram a aparecer no germinar do acampamento. O movimento havia acertado uma área para se acampar, mas, no dia oito de outubro essa área deu-se por descartado, pois segundo Fairclough retomando o conceito de Gramsci (*apud*. RESENDE e RAMALHO, 2006) a dominação sempre está em equilíbrio estável, o poder de uma das classes, no caso a da elite dominante, em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo nunca é atingido senão parcial e temporariamente na luta hegemônica. Mas é preciso atingir, mesmo que parcial e temporariamente, o poder da elite dominante, por isso, o povo estando já organizado e preparado para o acampamento, o mesmo aconteceu à beira da BR 358, no município de Nova Olímpia. Amanheceu no dia nove de outubro de 1996, vinte núcleos com mais de cinquenta famílias cada, somando próximo de 1050 famílias, estas vindas dos municípios vizinhos:

[...] “No princípio era pra ser acampado na área do Tuim lá, mais chegou na hora o Tuim não cumpriu o acordo né, e aí nós precisamos ir pra beira da BR e chegando lá foi organizando os barracos na margem da BR de acordo com as comunidades, Joaquim do Boche tinha seu o seu núcleo, Progresso tinha seu núcleo e assim as outras comunidades, outros municípios vinham formando seus núcleos, foi assim que foi feito, a margem da BR né, pegando uma margem e outra da BR fez o acampamento. Isso começou no dia 09, aí na primeira semana foi de chegada do pessoal e de organização das equipes né, equipe de segurança, equipe de barraca, equipe de alimentação, assim foi criando as equipes dentro do acampamento, a organicidade, foi criando a coordenação né. A princípio, com uma semana, nós tava com 1050 famílias acampadas na beira da estrada, gente dos municípios da região né, que vieram pra cá pro acampamento [...]” (Claudio José).

No desenvolver desse processo de luta popular, as pessoas vão construindo a consciência e a identidade com a luta e com o movimento, ou seja, vai se constituindo como sem terra. E tornar-se sem terra, nesse sentido, é mais que tentar superar a condição de excluído da terra, é possuir o sentido de pertença e ter identidade com esse movimento camponês. Segundo Fairclough (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006), as ideologias são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação. Sendo assim,

essas pessoas que não querem mais (mesmo sem saberem disso no início) reproduzir a lógica do sistema de produção hegemônico, onde quem não detém os meios de produção, tem que vender sua força de trabalho, busca alternativas para fazer a transformação das relações de dominação, e a escolha do nome do acampamento foi, talvez, o primeiro passo para um processo de formação que, para muitas pessoas, não parou mais.

As famílias que vieram pra luta, na sua ingenuidade no processo, não tinham consciência de que o nome deveria ser de alguém que representasse o processo de luta que teve né, a coordenação do MST, ajudou, influenciou na escolha e eu acredito que o nome que foi escolhido Antônio Conselheiro, ele reúne todo um processo histórico de luta e de fato uma representação daquilo que é buscar os direitos, a luta de Canudos que foi Antônio Conselheiro que representou isso tudo naquele momento, então a escolha foi esse processo, que passou também por um processo de conscientização das famílias na escolha. (Cláudio)

Na história da luta pela terra, muitas vidas se perderam, e na história do Assentamento Antônio Conselheiro, um trágico acidente marca a vida dos acampados, um momento que ficou na memória dos que viveram este episódio:

Nóis tava acampado lá, aí aconteceu um acidente numa carreta lá de noite, matô um bucado de gente, passô perto do barraco da genti, nós já tava deitado já, a carreta passô assim perto do nosso barracu assim, nós tava deitado no piso no colchão e ostambô tavaincostado assim, a genti quase morri também, carregô um tambô que a gente butava água e a gente ficô muito apavorado lá né, e ele num bateu ni mim mais ela aí, que nós tava deitado, ela ia passá o pineu por riba de nós né não passou porque o tambô daí, esse tambô de 200 litru aquele lá tava assim que nem tá esse cocho aqui, ela bateu nele disviô, opineu dianteiro dela bateu nu tambô, virô o tambô pro lado da gente e aí ela disviô, saiu fora, mais saiu fora assim um metro e pouco fora dubarracu, num tirô obarracu nosso não, e na fé saiu cumeno os outro barracu por cima, passanu por riba dos outro... já tinha matadu os dois rapais e um véio assim mais antes de chegá no nossobarracuprámatá nós também, bateu notambô d'água, por isso que não bateu na genti [..] (seu Pedro).

Uma tragédia que veio brutalmente, retirar do seio do acampamento, pessoas que tinham o sonho de um dia poder ter seu pedaço de terra para plantar. Depois do acidente, os acampados trancaram a rodovia, acendendo duas caieiras de fogo, uma na chegada do acampamento e outra na saída, ficando assim por quatro dias e quatro noites:

Por medida de segurança no acampamento, foi organizado dois quebra molas, tanto na ida daqui pra lá, pra nova Olímpia como de Nova Olímpia pra cá, por cima do asfalto, que é por causa das carretas que passavam muito veloz, então por segurança, e aí teve um carreteiro que , era umas 11 horas pra quase meia noite, que daí perdeu o controle e atropelô uma fileira de barraco do lado direito daqui pra lá né, ele perdeu o controle e entrou, passou em cinco ou sei barracos até, era uma carreta tanque, até ela virá um L , fora já da fileira de barraco e matô cinco. E aí desse dia logo a noite, o pessoal tranca a BR, passou quatro dias a BR trancada [...] (Cláudio).

Depois dessa tragédia, seguida da pressão dos acampados foi conseguida uma negociação com o grupo Itamaraty, onde foram cedidos em comodato aos acampados, cinco hectáres de terra, distante aproximadamente mil metros da cidade de Nova Olímpia, diminuindo assim os riscos para as pessoas:

Após esse acidente a gente conseguiu um comodato, próximo de Nova Olímpia numa área da Itamarati, cincohectáriade terra próximo de Nova Olímpia e a gente organizou os barracos lá até o final do ano, até mês de fevereiro quando nós conseguimos o comodato nesta fazenda e viemos pra cá (Cláudio).

Depois de conseguir essa área, com mais segurança, ficaram lá por aproximadamente dois meses, período em que as lutas continuaram de forma intensa, pois os acampados estavam desenvolvendo o que Castells (apud. RESENDE e RAMALHO, 2006) chamou de identidade de resistência, que é construída por atores em situação desprivilegiada na estrutura de dominação, constituindo, portanto foco de resistência. Uma dessas lutas foi uma mobilização no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde os acampados permaneceram por dezesseis dias, sendo nove dias dentro do prédio do instituto. O resultado desta ocupação foi à garantia da desapropriação de uma área, que imediatamente foi providenciado o comodato da então Fazenda Tapirapuã no município de Tangará da Serra, que hoje é o Assentamento Antônio Conselheiro. Ainda, segundo Castells, há a identidade de projeto, construída quando atores sociais buscam redefinir sua posição na sociedade e constitui recurso para mudança social, para ele, existe um fluxo entre a identidade de resistência, referida anteriormente, e a identidade de projeto, podendo uma resultar em outra e, por meio da mudança social, acabar constituindo uma identidade legitimadora, foi o que aconteceu com estes

acampados entrevistados, que ao chegarem na terra, começaram a desenvolver o lema, ocupar, organizar e produzir:

Quando nós chegemu aí, tudo era mata né, aí depois o povo foi fazenu roça e foi abrindo mais né... as roça era por núcleo, eles fazia os grupos, assim grupo 1, grupo 2, grupo 3 e cada um tinha uma roça né, assim dividida... e colhia bom, colhia arroz, milho, tinha mandioca, feijão, aí começô miorá né, porque cada um colhia um poço né, um num tinha, dava pro outro assim, arrumava pro outro, cabo né aquela vida braba né [...] (seu Orlando).

A partir daqui sim, tudo foi se organizando né, organizando as roças por núcleo, foi abrindo as áreas, a princípio nós viemos prá cá num comodato desta área daqui até a curva né, então sobrô espaço pra gente começar, a produzir daí foi organizado por núcleo, os núcleos foi organizando suas roças daí foi trabalhando, começô a produzi alguma coisa, milho né, feijão, um pouquinho de arroz né, abóbora, quiabo, essas coisas, começô a produzir alguma hortaliça também nos núcleos começô a produzir [...] Logo no começo foi organizado as coordenações dos núcleos, duas pessoas por núcleo né, e dentro de cada núcleo tinha um coordenador da higiene, tinha um coordenador de alimentação, tinha um coordenador da saúde, tinha um coordenador de segurança, tinha um coordenador de trabalho, era essas equipes que tinha dentro do acampamento, lá e tinha as equipe de mística e de animação, de religião, finanças, de educação [...] uns mais outros menos mais todos os setores funcionavam, principalmente o pessoal da equipe de segurança né, saúde, alimentação, coordenação né que era reuniões todos os dias né, todas as equipes funcionavam praticamente, a equipe de barraca, por exemplo, organizar cada núcleo no seu espaço, os barracu enfileirado né, todas as equipes no período de acampamento funcionavam bem (Cláudio).

Quando a gente chegô pra cá, começo a fazer uma rocinha, não podia toda vida trabaia prus outros né, por que a gente já tinha saído do cativoiro né, pra voltar de novo né, então eles falô pra gente fazer uma rocinha, cada um fazia seu pedacinho, plantava, era bom demais aquela época, todo mundo plantava, todo mundo colhia, só não plantava quem não tinha coragem de trabalha né... foi muito bom, a gente plantava, e plantava de tudo, arroz, feijão, milho, abobra.[...] (dona Maria).

Durante todo o período de acampamento e mesmo após ter virado assentamento, as pessoas sofreram muito com a discriminação e o preconceito das autoridades políticas e até da sociedade de um modo geral, daquela região em que estava inserido o acampamento/assentamento. Retomando o conceito de Gramsci, Fairclough (*apud*, RESENDE e RAMALHO, 2006) caracteriza “hegemonia” como domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força. Sendo assim, a sociedade, dominada pelo consenso hegemônico da individualidade e do esperar

passivamente as coisas acontecerem, não entendem e não aceitam a forma de luta contra hegemônica daquele povo, por isso, no processo de luta, muitas dificuldades, para se conseguir um mínimo, a fim de suprir as necessidades básicas, tais como: remédio, leite para as crianças, material didático, comida...

Nóis sofremos preconceito sim, tanto é que a gente ia pra Tangará, aí muitos passava por a gente e falava vai trabalhá bando de vagabundo, na prefeitura, lembro que a gente tava lá em Nova Olímpia, uma veis a gente veio aqui pra Tangará, eu não conhecia Tangará ainda, a gente veio fazê pedágio, arrecadá dinheiro pros núcleos né, aí nóis parava, as meninas ficava lá fazendo os pedágio, muitos passava num dava nada e falava que a gente tinha que trabalhá, que a gente era vagabundo, ficava fazendo o que ali, não entendia né porquê a gente estávamos ali acampado, sofremos muito, acho que até hoje as pessoas num entendi ainda, num sabe, a causa da luta né, tem uns que até hoje não consegui distingui porque nóis fomos acampado, por quê, o que é movimento né (Luzinete).

Primeira mobilização que nóis fizemos foi aqui no município de Tangará da Serra, nóis viemos, tentar consegui leite pras crianças, material didático pra organizá a escola dentro do acampamento e alguma coisa de remédio, nóis viemos a pé em caminhada lá de Nova Olímpia até em Tangará da Serra, fizemos esse pouco de caminhada, e como naquele tempo era uma novidade pra essa região, e também da noite pro dia, dentro de uma semana, o município recebe mais de mil famílias né, aí não dava conta de recebê toda essa demanda né, então a gente ia para os municípios de onde as famílias vieram né, pedi ajuda né, nessa questão de material didático, comida né, e aí a gente foi tratado com muito preconceito, tanto dos órgão públicos, como da sociedade de uma forma geral, foi muito preconceito, preconceito porquê a gente é chamado de invasor, é chamado de vagabundo, que a gente era preguiçoso e tudo mais né, por que o pessoal, além de num ter isso cultural né, de buscar aquilo que quer, fica sempre esperando acontecê, não entendia a nossa forma de lutar, que a gente não ficava pedindo a gente ia pra luta buscar aquilo que a gente queria na verdade (Cláudio)

Um acampamento, com um grupo tão grande de pessoas necessitava de organização então foram organizados os núcleos, feitos de 10 a 30 famílias, quase sempre de acordo com o município de onde vieram. Estes núcleos eram responsáveis pelo desenvolvimento das principais tarefas e serviços do acampamento. Havia ainda um sistema de coordenação geral do acampamento, responsável por dar unidade ao trabalho das várias equipes, encaminharem as lutas, negociar com o governo e relacionar-se com a sociedade. Os princípios que norteavam a organização do acampamento era a democracia, a participação de todos no processo de decisão, a divisão de tarefas e a direção coletiva, para que todos pudessem aprender, se sentir

parte, ajudando a construir este momento tão importante de sua vida. No que se refere as construções identitárias, Fairclough e Hall (*apud* RESENDE e RAMALHO, 2006) trazem que a estabilização é sempre relativa, sempre há focos de luta sobre pontos de estabilidade, o que coloca em xeque os processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, pois as pessoas são agentes sociais criativos, capazes de criar e mudar coisas, ou seja, são capazes de agir coletivamente e de atuar na mudança social, a partir do momento em que muda a si mesmo. Este tipo de organização fazia bem este trabalho de conscientização das famílias.

[...] Logo no começo foi organizado as coordenações dos núcleos, duas pessoas por núcleo né, e dentro de cada núcleo tinha um coordenador da higiene, tinha um coordenador de alimentação, tinha um coordenador da saúde, tinha um coordenador de segurança, tinha um coordenador de trabalho, era essas equipes que tinha dentro do acampamento, lá e tinha as equipe de mística e de animação, de religião, finanças, de educação [...] uns mais outros menos mais todos os setores funcionavam, principalmente o pessoal da equipe de segurança né, saúde, alimentação, coordenação né que era reuniões todos os dias né, todas as equipes funcionavam praticamente, a equipe de barraca, por exemplo, organizar cada núcleo no seu espaço, os barracu enfileirado né, todas as equipes no período de acampamento funcionavam bem [...]

A organicidade era pra manutenção da organização né pra podêfazer com que, envolvesse todas as pessoas que eram acampadas em atividades dentro do acampamento, pra não fica ocioso, pra criar consciência, pras famílias pode tê uma atividade e percebê porque que estavam ali fazendo parte da luta e aí como tinha muita coisa pra sê feita né, muitas tarefas pra ser feitas então a organicidade do acampamento serviu práocupá a mão de obra das famílias e fazê as famílias participar de fato, fazer parte né, porque, quando as pessoas têm uma proposta de organização pra elas né, que elas não participam desse processo, então elas não tem purquê né, agora quando elas tão dentro do processo organizativo elas se sentem mais parte né, mais responsáveis e consegue perceber purquê ela tá dentro daquela forma de organização interna e cria consciência nas pessoas e faz o acampamento funcioná (Cláudio).

Quando a terra conquistada chegou, os acampados tiveram que estabelecer novas relações sociais, já no pré-acampamento, as mudanças se fizeram necessárias:

A transição para o assentamento foi uma situação mais complicada, primeiro quando a gente conseguiu, saiu a desapropriação da área né, nós tinha o acampamento concretizado daí até que saiu o parcelamento do lote, nós nos dividimos em três grupos né, foi um grupo pra sede, um grupo pro jatobá e ficou um grupo aqui, não, ficou o grupo do acampamentu e foi um grupo pra curva, dividiu em quatro grupos, ai já não era um acampamentuera quatro

acampamentu dentro da área, aí a questão da organicidade já complicô né, aí foi dado o processo, foi acontecendo de forma natural, alguns grupos com mais organicidade, outros com menos. No período nós recebemos um grupo de outra região, aqui da região de Cáceres, vieram pra cá, é, um pessoal que embora, organizado pela mesma organização que é o MST, mas com um entedimento, com uma cultura diferente, chegô aqui teve atrito na forma de organização com as famílias, daqui né, tanto na forma de organicidade, quanto que as famílias daqui não tinham vínculo com as de lá e acabaram tendo desentendimento e tudo mais, né mais conseguiram vencê no processo[...].

[...] um período a organicidade funcionou no assentamento, mais depois não funcionou mais, não funcionou purquê, essa organicidade não atendia mais as necessidades que as famílias tinha né. Quando era época de acampamentu as famílias têm um objetivo que a luta pela terra, a depois que saiu o assentamento, além de cuidar de manter a organicidade, as famílias tinha que cuidar de manter a sobrevivência também, e num era mais a luta pela terra era a luta pela sobrevivência na terra, aí essa forma de organicidade já não respondia as necessidades que as famílias tinham, as famílias quando foi pra terra necessitava do que? crédito, semente, estrada, saúde, né transporte, educação, transporte pros alunos, saúde, era tudo isso, aí num era mais buscar comida, num era mais o barraco, aumentou então os desafios que as famílias tinham, então aquela forma de organicidade não atendeu mais as necessidades, as famílias não tinha mais tempo para as reunião, tinha que está trabalhando, as cestas básicas parou de vim, então uma parte da família tinha que sai pra busca sustento, ou trabalhando fora ou de outra forma, então tudo isso influenciou na forma da organicidade.(Cláudio)

No assentamento, cada família teve que organizar sua produção e sua existência, mas politicamente os assentados, em sua maioria, trouxeram consigo a experiência de acampados, e continuaram a luta por infraestruturas, melhorias na escola, postos de saúde, etc., sabiam que só a terra não liberta, que outros passos deveriam ser dados, com consciência de que havia um caminho longo a ser percorrido. E venceram, muitas foram as dificuldades, mas ficou a certeza de que valeu a pena todo esforço, e para a juventude e outros acampados fica o exemplo e o conselho:

Valeu a pena, faria tudo de novo, pra tê o que tenho hoje, o movimento e a gente né, se a gente tiver vontade de ir tiver coragem de lutá a gente consegui, o movimento mostrô o caminho e a gente foi, eu agradeço todos os dias por o movimento ter existido e eu ter ido e ficado, por que eu fiquei até o fim, muita gente desistiu, mais eu fiquei, e não pretendo ir embora tão cedo, é aqui que eu trabalho, é aqui que meus filho estuda e eu não pretendo ir embora. (Luzinete)

*O Assentamento representa muita coisa pra mim, né minha fia? Eu digo assim né, na minha imaginação, dá onde que eu nasci, da onde que eu vim, pra hoje tá no assentamento pra mim, hoje em posso dizer eu tenho terra... pra mim foi uma experiência muito boa [...]
(dona Maria)*

Eu deixo mensagem pras jovens que vale a pena lutar, vale a pena lutar não saindo daqui [...] e eu deixo pras jovens, que se tudo existe nesta terra, tudo existe na cidade, é tirado fruto dessa terra, que não vale a pena o jovem sair da terra, sai daqui pra ir pra cidade caça melhora, se tem que melhora, tem que melhora aqui aonde nós mora[...].(dona Angela).

A mensagem que eu deixo é que quem entrar nesta luta faça por onde não sair, por que é importante... e não faça como muita gente fez, que só pegô a terra e vendeu, e hoje, como tem muitos aí que eu vejo que não tem nenhuma casa pra morá na cidade, vive morano de aluguel, as veizotros não tem condição nem de pagar um aluguel, que eu conheço, gente daqui do nosso núcleo mesmo que não tem condição nem de pagar um aluguel de uma casa, se tivesse aqui, não era melhor pra ele? Com muito pouco que ele fizesse mais ele tava em cima do que era dele, e a mensagem é que o povo não desanime, continue... vem, há não quero ficar aqui, tem outro acampamento em tal lugar, eu vou lutar por aquela terra, vá, e consiga, e fique firme, porque tem que ficá firme, porque só dizê assim, não, tô desanimado porque não vem recurso pra gente, não vem isso... não, tenha fé em Deus que a gente vence, é que nem diz, se a gente fizer a nossa parte, porque na palavra diz faça a sua parte que eu te ajudarei, então se a gente fizer a nossa parte Deus tá prontinho pra nos ajudá, e eu espero que onde passá isso aí o povo anima, alguém que tiver acampado e disser assim há já tá tantos tempo que tô acampado aqui, vô sai, não desanime não, porque vem, demora mais chega, mais a gente vence.(dona Maria)

Valeu a pena com certeza, de aprendizado, de conquista, da terra, de espaço para a gente trabalha, de uma comunidade, que a gente ajudô cria né, com escola, com estrada, num tá do jeito que a gente acha que deveria tá, mais a gente conseguiu tudo que buscava né, que era saúde, estrada, terra prá trabalhá, transporte, tudo isso hoje nós temos não podemos dizer que não, não tá do jeito que a gente queria que estivesse mais tá, nós estamos no caminho, eu digo que não está ainda, porque a maioria das famílias não consegue tirá o sustento aqui de dentro do lote de dentro da terra, por “enes” situações, por falta de incentivo, por falta de crédito, por falta de assistência técnica, e tudo isso, por falta de espaço de comercialização, por falta de organização interna, tudo isso não deixou alcança a plenitude do objetivo que a gente buscava, mais eu acredito que 80% daquilo que nós buscava, nós conseguimos, temos nossa casa, temos nossa terra, nossa comunidade.(Cláudio)

4.2. Conquista da escola: um marco na conquista do Assentamento

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. Ela se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital. O acesso ao

conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo, fazem parte desta luta. Sendo assim, é importante destacar o parágrafo único do artigo 2º, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, fruto da luta dos movimentos sociais, trazida aqui por Molina e SÁ (2012, pág.328):

[...]a identidade das escolas do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (Brasil, 2002)

Sendo assim, o MST sempre teve a educação e a escola do campo como uma de suas bandeiras de luta, então a primeira escola do Assentamento Antônio Conselheiro nasceu como Escola “Ernesto Che Guevara”, ainda no período de acampamento, em 1996, com o propósito de ensinar a partir da realidade, fazendo com que o contexto sócio histórico, fosse o princípio norteador do projeto político pedagógico.

Como a maioria das famílias estava com seus filhos e filhas também acampados, criou-se a necessidade de ter uma escola para atendê-los. Não reconhecidos como moradores oficiais do município de Nova Olímpia e não tendo uma escola regularizada, criou-se uma alternativa para resolvero problema, construíram-se barracos de palhas onde foi improvisadas salas de aulas para atender minimamente as necessidades educacionais daquelas crianças.

E foi assim até a mudança para a antiga fazenda Tapirapuã, local onde seria então o Assentamento Antônio Conselheiro. Foi aí que a história da escola Ernesto Che Guevara e Escola Tapirapuã se cruzam, de um lado a comunidade reconhecia como Escola Che Guevara e do outro a Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra reconhecia oficialmente a Escola por Tapirapuã. Essa dualidade de denominação é o reflexo de uma relação cheia de conflitos entre a comunidade e a administração local. Conflito esse que

se estende por vários anos, e durante esse período a escola passa por muitas transformações, na estrutura, que passa do barracão de palha para o de madeira e depois para o de alvenaria e no número de alunos, chegando a ter 800 alunos.

Essas transformações foram porque a escola assim como o acampamento também passou por vários momentos de lutas e mobilizações frente ao poder público, pois conforme Benjamim e Caldart, (2000), a escola do campo é resultado da luta dos trabalhadores, considerando que não é necessário ter somente acesso a terra, mas é preciso que as escolas também cheguem até o campo, para que os filhos dos agricultores tenham acesso a uma educação de qualidade.

Foi no ano de 2005 que a escola obtém uma das suas maiores conquistas, que foi a oficialização do nome Ernesto Che Guevara. Depois de tentativas frustradas nos anos anteriores, no dia 19 de julho de 2005, através do projeto de lei nº 2351/2005 do vereador José Jaconias, oficializa-se de fato a escola como C. M E “Ernesto Che Guevara”. Em 2009 iniciou-se o processo de estadualização da escola e no dia 22 de maio de 2009 foi aprovada a estadualização do C.M.E. Ernesto Che Guevara através de uma Assembléia Pública com a comunidade escolar. E no dia 25 de agosto de 2009 foi criada a Escola Estadual Ernesto Che Guevara através do Decreto 2.124 de 25 de agosto de 2009.

É importante frisar que esta escola nasceu da luta do povo, é um marco da história, um referencial de conquista, e isto não pode se perder na memória de quem viveu este processo:

Como o processo de educação também faz parte de um processo de luta do povo, a luta pela escola também, como a gente sofreu preconceito quando a gente veio pra cá, o pessoal da secretária de educação achou que a escola, eles iam colocar a escola que eles queriam, né, na verdade nós que passamos por um processo de luta e de conquista, nós achamos e temos o direito de escolher a escola que nós queremos, a escola da nossa comunidade e foi isso o que aconteceu, com dificuldades, com muita reserva das pessoas que representavam o poder no momento da conquista da escola, mas venceu a nossa consciência, nós queria o nome da escola também de uma pessoa que representasse um processo de luta né, o nome de uma pessoa que tem um histórico, que pudesse condizer com a histórico de luta nossa que foi um nome da escola aqui Ernesto Che Guevara, que foi o nome da escola Paulo Freire, que foi um processo que as famílias escolheu, que foi o nome de pessoas que representava a nossa luta e representou um processo histórico de

luta pela libertação [...] então as escolas escolhidas foi um desafio né, e também foi o processo de conscientização das famílias, de escolher alguém que de fato representava um processo histórico que as famílias enfrentaram e os objetivos que elas almejavam.

Primeiro na casa de madeira funcionava multisseriado, de 1º a 4º série funcionando dois períodos, ai depois, que tinha a necessidade de criar até o fundamental que era 8º série, foi que reuniu os pais, a coordenação do acampamento e construir os barracões de palha, foi construído duas alas né, com quatro salas de aula cada barracão, aí funcionou os três períodos, nós tinha mais de 350 alunos [...] funcionou dois anos desse jeito, no terceiro ano, que foi conseguido aquela escola de madeira ali, arrancaram várias escolas rurais que eles tinham pegado transporte levado tudo mundo pra cidade, ai então desse material velho construíram essa escola de madeira, ai nessa escola funcionou mais três anos até que saiu está de material, neste período de seis, sete anos que foi a briga pelo reconhecimento do nome da escola, por eles queriam Tapirapuã foi só depois de sete anos que de fato foi reconhecido como Escola Ernesto Che Guevara e foi modificado através de um projeto de lei da câmara, que foi o Jaconias, na época que foi vereador, que colocou o projeto e foi aprovado na câmara pra poder mudar o nome, a secretaria de educação não queria, e foi assim esse processo e esse processo da escola está em disputa até hoje né, por que se nós fôcolocá, o funcionamento da escola, a nossa proposta pedagógica, é quase que a mesma da cidade, os professores que nós temos, uma boa parte não digo a maioria é da cidade não é do assentamento, nóstamo conseguindo conquistar a escola de vagarinho com uma maioria aqui do assentamento uma parte do nosso pessoal já é concursado, nós já temos pessoas formadas o suficiente dentro do assentamento, e que dá pra tocar a escola, antes não, a nossa formação era do médio né, de nível médio e agora nós já com graduação estamos com nível superior e pessoas já com pós graduação na área pra podê assumir, e tem a juventude que, uma parte tá fazendo faculdade e possivelmente vai tá trabalhando na escola, já é da geração que estudava no acampamento, que tá se formando prá trabalhá ali na escola

De acordo com Benjamim e Caldart (2000), com a consolidação dos assentamentos organizados pelos movimentos sociais e sindicais é levantada a bandeira de luta da Educação do Campo como direito de todos/as, e de embate contra o poder hegemônico. As escolas do campo devem estar voltadas para as especificidades das comunidades e populações do campo vinculado à formação dos sujeitos, capazes de compreender a realidade. É tarefa de todo educador e educadora trabalhar para que isto aconteça.

CONSIDERAÇÕES

Desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso, trazendo presente a memória da formação do Assentamento Antônio Conselheiro, porque quero sugerir como material pedagógico na formação dos sujeitos do campo, o que vem de encontro com os objetivos da Educação do Campo, que é de uma educação voltada para a realidade, que envolve as questões do conhecimento, do trabalho, da cultura e das lutas dos camponeses.

As memórias revelaram que as pessoas quando foram para o acampamento, não tinham uma concepção do coletivo, foram construindo identidades de resistência no processo de formação no acampamento, pois no princípio a motivação primeira é a terra, para poder largar a condição de empregados. Percebeu-se ainda que a luta não terminou com a conquista da terra, depois tem a luta por infraestruturas, para a permanência na terra, e também ficou evidente a certeza de todos que valeu apenas todo esforço, para a construção de uma vida mais digna.

Registrar a história da formação do Assentamento Antônio Conselheiro foi de grande importância, porque foi o registro da memória dos assentados dessa localidade. Uma história, de fato, deles contada por eles. São narrativas com interpretações que fazem emergir esperanças não realizadas, e um apelo por um futuro diferente, as memórias relevam a ideologia pela terra, a vontade dessa conquista. Isto é, um ideal muito forte de luta pela terra. Para Benjamim (*apud* SARAIVA, 2010), reconstruir narrativas significa que as interpretações de mundo não estão fundadas em visões essenciais, mas em múltiplas interpretações dos vários sujeitos da história, construídas a partir de sua experiência na e com a cultura, para ele a experiência de homens e mulheres, de carne e osso, é que interessa para a história, apesar de a História ter sido sempre encarada como um relato dos feitos dos grandes, a história da elite.

Desta forma, faz-se necessário considerar a história oficializada não como definitiva, a verdadeira, só porque ocupam maior espaço na memória dos homens, lida nos livros e aprendida na escola, mas, valorizar também a nossa história, pois nós temos um passado viemos de algum lugar, e a nossa história é tão importante quanto a tida como oficial, e deve ser também material de estudo em sala de aula.

Este trabalho possibilitou um momento de aprendizado, meu e de meus colaboradores, e o registro de um material riquíssimo de parte da história dos sujeitos desta comunidade, história esta, contada por eles e que poderá servir de material pedagógico na formação de educadores, e também de educandos.

Levando em consideração o fato de que nos comunicamos mediante enunciados e não por meio de palavras e frases soltas e que toda comunicação verbal ocorre mediante gêneros, torna-se evidente a importância de se trabalhar com gêneros textuais, visando tanto a compreensão quanto a produção de textos na escola. Na parte teórica da pesquisa, percebi e compreendi a importância desses instrumentos em nossas práticas sociais, a importância de ser compreendido e produzido para que se tornem bons instrumentos de interação, uma vez que no contexto escolar os gêneros textuais tornam-se importante quando pensamos no processo de letramento, ou seja, eles podem ser utilizados como excelentes instrumentos para ajudar o aluno no momento da comunicação, da leitura, da produção e da prática social, e o trabalho com o gênero textual Memória possibilita a compreensão de que os saberes da escola estão presentes no contexto da vida cotidiana.

E os jovens querem saber sobre sua história, sua origem, isso pôde ser percebido durante o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, os jovens envolvidos queriam saber mais sobre sua história, não porque moravam ali desde pequenos, mas porque a história de seus pais, do povo sem terra também é sua própria história e trazer presente estas narrativas, é muito mais do que contar uma história real, leva à avaliação das causas desta história e de sua repercussão na vida atual, a partir de experiências, sendo assim, a narrativa de memória não deve ser só para informar, mas para fazer refletir.

Trago como proposta para o trabalho de formação com os professores, tendo em vista que vários não conhecem a história da formação do assentamento, um seminário, onde assentados que fizeram parte do processo de conquista do mesmo, trariam presentes momentos importantes da memória da formação do assentamento. A partir daí seriam levantadas questões pertinentes ao debate da realidade que deve ser colocada na escola.

Em sala de aula, o trabalho com o gênero memória pode oportunizar aos alunos ouvir e contar fatos que fazem parte de sua memória de vida, Compreender e observar características deste gênero, podem diferenciar um

texto oral de um escrito, contar e recontar história de memória de vida, perceber como objetos e imagens podem trazer lembranças de um tempo passado, assim como também, observar que as memórias podem ser registradas oralmente e por escrito, além de poderem num trabalho coletivo, coletar dados mais precisos, com a finalidade de registrar a memória da formação do Assentamento Antônio Conselheiro em um livro. E nada como começar com um texto da memória de sua história de vida, para entrar neste maravilhoso mundo do gênero textual memória.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN César e CALDART Roseli Salete. - Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 3

CALDART, Roseli Salete. **Caminhos para transformação da escola:** Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, cadernos do Iterra, ano X, nº15, 2010.

CALDART, Roseli Salete (org.) Dicionário da Educação do Campo, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde São Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro, Ediouro, 1998.

RECK, Jair. A consciência política dos cooperados do mst: o caso da coopac - Campo verde. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005.

LIMA, Ana, Olimpíada da Língua Portuguesa. 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **“Produção textual, análise de gêneros e compreensão”**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARQUES, Gabriel Garcia. Viver para contar. Rio de Janeiro. Record, 2003.

MITSUE, Morissawa. A luta pela terra e o MST, São Paulo. Expressão Popular, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Dicionário da Educação do Campo, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde São Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.

PAJEÚ, Hélio Márcio, **memória, arquivo e gênero do discurso:** reflexões acerca da (re) construção da História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: contexto, 2006.

SARAIVA, Regina Coelly F. História, Memória e Identidade, Faculdade UnB Planaltina, 2010.

SOUSA, Rosineide Magalhães. **Gêneros discursivo mediacional, da elaboração à recepção**: uma pesquisa na perspectiva etnográfica. (Tese de Doutorado). Brasília: UnB, 2006.